

Autos nº 0024.14.197.103-6

Dissolução de Sociedade

Autor: Jorge Augusto Diogo de Souza

Réus: Netproject Serviços e Gestão de Projetos Ltda. - EPP e Hayala Nepomuceno Curto.

Vistos, etc.

Jorge Augusto Diogo de Souza, já qualificado, por meio da Defensoria Pública, propôs presente AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE, em face de **Netproject Serviços e Gestão de Projetos Ltda. - EPP e Hayala Nepomuceno Curto**, também já qualificados, alegando que se tornou sócio da empresa em 10/08/2011, integralizando 50% de seu capital social. Aduz que, após desentendimentos com o segundo réu, tentou dissolver, amigavelmente, sociedade. Aduz que, em reunião realizada em 25/02/2014, ficou acertada a dissolução da sociedade, mas que não assinou o distrato social porque, do instrumento, não constava o valor a ele devido. Requeru a dissolução da sociedade, com a apuração de seus haveres. Juntou os documentos de fls.08/54.

Citados, os réus apresentaram contestações (fls.64/73 e 78/87), na qual alegam, em preliminar, a necessidade de extinção do processo em face da deliberação tomada na reunião de 25/02/2014, cuja ata foi assinada pelas partes e respectivos advogados.

É o relatório. Decido.

É certo que, para se propor uma ação, é necessário ter interesse de agir. O interesse de agir deve ser entendido através do binômio necessidade-utilidade, ou seja, que há necessidade do ajuizamento da ação e que o provimento jurisdicional terá utilidade.

Assim, é de se concluir que a análise da presença desta condição da ação deve ser realizada não apenas no início do processo, mas também no seu decorrer, para se aferir a necessidade e utilidade da prestação jurisdicional pleiteada. Neste sentido:

“O interesse de agir deve estar presente ao tempo do julgamento, sob pena de ser reconhecida a carência de ação e extinto o processo, sem análise do mérito, nos moldes do artigo 267, VI, do CPC”. (TJMG – Ap. Cível/R. Necessário nº 1.0411.07.035616-6/001 – Rel. Des. Silas Vieira).

“1. A perda do objeto consiste no desfazimento do elemento material da ação (interesse de agir) no curso da demanda, e se caracteriza pela desnecessidade superveniente do provimento jurisdicional solicitado. 2. Julga-se prejudicado o mandado de segurança”. (TJMG – MS nº 1.0000.05.431772-2/000 – Rel. Des. Célio Paduani).

No presente caso, restou demonstrado nos autos que as partes deliberaram, validamente, pela extinção da sociedade (f.34). Assim, não se pode requerer a dissolução de contrato já desfeito pela própria vontade das partes, não havendo necessidade nem utilidade da prestação jurisdicional solicitada.

A formalização do distrato reflete somente no registro da dissolução, para fins de publicidade do ato.

Nessa esteira, se existe controvérsia com relação ao valor devido a título de apuração de haveres, deve o autor entrar com a medida adequada.

Portanto, faltando uma das condições da ação, conclui-se então que o processo deve ser extinto sem análise do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC.

Pelo exposto, JULGO EXTINTO o processo, sem análise do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC, em face da falta de interesse de agir.

Sucumbente, **CONDENO** o autor ao pagamento de das custas e despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios da parte contrária, estes últimos arbitrados por equidade, no valor de R\$1.000,00, face o grau de zelo dos patronos, à complexidade da demanda, bem como ao tempo exigido para a consecução dos serviços, consoante ao que dispõe o art. 20, § 4º, do CPC.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2015.

Jair Francisco dos Santos

Juiz de Direito

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que,

Recebi estes autos em: 13/02/2015;

Enviei expediente de publicação ao D.J.E. em: 13/02/2015;

Foi disponibilizado pelo D.J.E. em: 19/02/2015;

Considerou-se publicado em: 20/02/2015.

p/Esc.